

# humanitas

**Vol. LXVII  
2015**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

LESTRINGANT, F., Moreau, P. F., Tarrête, A. (eds.), *L'unité du genre humaine. Race et Histoire à la Renaissance*. Paris, PUPS, 2014.

Mais uma vez, em 2014, vieram a lume os Cahiers V. L. Saulnier, com as actas do colóquio organizado pelo centro homónimo no ano anterior. Tratando alternadamente de um autor ou de um tema da cultura do Renascimento, a colecção, bem conhecida dos *seizièmistes*, muito tem contribuído para o estudo da criação literária no séc. XVI. Este é já o vol. 31, um livro que ao longo de 391 páginas versa, sob vários ângulos, o problema da unidade do género humano, questão agudamente sentida durante os dois séculos de descoberta e conquista de continentes antes ignorados pelos europeus. O título, *L'unité du genre humaine*, serve mais para indicar o rumo da investigação do que para descrever o caminho percorrido. Na verdade, este volume ocupa-se tanto da unidade do género humano quanto da sua variedade e, por isso, o *titre-valise* escolhido contém um subtítulo, *race et histoire à la Renaissance*. Com os conceitos de raça e história, repristinados sem anacronismos, pretenderam os organizadores entre outras coisas homenagear Marcel Bataillon e Claude Lévi-Strauss. No centro das reflexões dos autores quinhentistas que escreveram sobre a expansão do mundo encontram-se de facto as ideias da unidade do género humano e da diversidade das suas 'linhagens', causa e efeito da revolução copernicana que se opera durante o Renascimento, quer nas concepções geográficas e historiográficas, quer nas ideias antropológicas e teológicas. São estas, aliás, as perspectivas em que o assunto será desenvolvido, com real benefício para a coesão da obra, ainda que se percam outras dimensões que também poderiam ser observadas.

Depois do prefácio dos editores e de uma introdução geral a cargo de F. Lestringant, o volume divide-se em seis conjuntos de textos. Na primeira parte os estudos de Tinguely, Dünne, Galland e Desan, pp. 23-73, equacionam a relação entre universal e local, evidenciando quão lábil parece a demarcação entre universalismo e etnocentrismo. Um segundo grupo de artigos, de Rodier, Callard, Peytavin e Clément, pp. 77-138, procura definir uma concepção antropológica universal que assinala a comum natureza das paixões, dos vícios e virtudes, numa visão mais ética e existencial que ontológica, mais inclusiva que abstracta. Na terceira parte, Céard, Holtz e Capdevilla, pp. 141-180, exploram as fronteiras do humano, na sua interacção com o monstruoso, o animal e o divino. Aqui a literatura de Quinhentos

não raro suscita perplexidades no leitor, tornando pertinente o asserto de Benedetto Croce segundo o qual «ogni storia vera è storia contemporanea». A bestialização dos homens como a humanização de animais colocam desafios no plano teológico, filosófico e jurídico que podem já proclamar a essencial igualdade entre os homens já fundamentar teorias e práticas protocôloniais ou mesmo racistas. A quarta série de estudos, de Laborie, Chamayou, Motsch, Gomez-Géraud e Beytelmann, pp. 183-251, analisa os ensaios de justificação da conquista e da evangelização e dos seus efeitos na aculturação, na formulação de um discurso etnográfico, na adaptação e evolução da arte da guerra, no recurso à diversidade das línguas, no tratamento de minorias étnicas ou religiosas. No quinto conjunto de trabalhos, Bernand e Courcelles, pp. 255-283, mostram como o canto e a dança ou a literatura humanista repercutem o encontro de culturas e a mestiçagem no Novo Mundo. Na sexta parte vêm os contributos de Desbois-Ientile, Usher, Tolia, Bénat-Tachot e Tarrête, pp. 287-366, que questionam a historiografia à luz dos novos conhecimentos geográficos, discutindo as genealogias míticas dos povos europeus e dos povos recém-descobertos, a relação entre as populações e os territórios, o povoamento dos novos continentes, a caracterização e mútua intercepção do homem ‘selvagem’ e do homem ‘primitivo’. Por fim, como posfácio, Moreau escreve sobre crise e reconstrução, sobre os antecedentes da primeira crise da consciência europeia, agora interpelada pelo conhecimento de práticas generalizadas de idolatria, incesto ou antropofagia, e profundamente abalada pela revolução cosmológica e pelo cisma da Reforma. Como reconduzir o múltiplo ao uno, a diversidade à unidade? Interpretando o desconhecido à luz do conhecido, reconhecendo a natureza essencial ou universal de fenómenos contrastantes, pela afirmação da capacidade humana de formação e de educação independentemente das circunstâncias de tempo e lugar. A bibliografia, com textos e estudos criteriosamente seleccionados, e um sempre útil *index nominum* completam a obra.

Por um lado o volume em apreço não se livra de uma das pechas dos livros de actas: dispersão resultante do desajustamento relativamente ao tema escolhido de alguns textos que isoladamente até podem ter interesse. Tal sucede no estudo sobre a condição das minorias étnicas ou religiosas na península ibérica, um trabalho que compara um tanto arbitrariamente realidades incomparáveis, o caso dos conversos e cristãos-novos, ou dos muçulmanos granadinos e mouriscos, com a situação dos guanches das Canárias ou dos índios e escravos africanos levados para a América. O mesmo se pode dizer também do artigo dedicado aos espectáculos musicais

como reflexo da diversidade do género humano. Na verdade, serve mais para registar a presença de personagens de origem africana e de aspectos das culturas negras ou mestiças, nas danças e em actividades do quotidiano, do que propriamente para averiguar o influxo da multiplicidade de formas musicais ou de características africanas na música europeia.

Por outro lado parece evidente o cuidado dos editores em estreitar o campo de observação por forma a conferir coesão ao projecto, embora o próprio responsável sinta necessidade de justificar a divisão do livro num número exagerado de secções. Com efeito, acabam por se circunscrever as seis partes que compõem o volume a alguns pares de ideias-força, o uno e o múltiplo, o universal e o local, unidade/ variedade do género humano, humano/ não humano, ou, dir-se-ia em clave ciceroniana, humanitas/ feritas. A profusão de apartados, reflectida na tábua de matérias, será, portanto, mais aparente do que real, o que não obsta a que o leitor sinta falta de tratamento do assunto noutros domínios.

Quem queira aprofundar o conhecimento das consequências que tiveram o alargamento do mundo físico e a descoberta de novos povos e culturas nas concepções geográficas, antropológicas e teológicas dos sécs. XV-XVI encontrará aqui leituras muito proveitosas.

No texto em que introduz a problemática do livro, Lestringant sublinha as contradições que suscitaram novos povos, nova fauna e flora, a descoberta de uma diversidade caótica e tumultuosa. Ao mesmo tempo que se desfazem velhas crenças, regressam lendas antigas sobre raças monstruosas, em obras como a *Cosmographie universelle* de Guillaume Le Testu (1556). Concretiza-se o ‘primitivismo duro’ nessa descrição terrível da infância da humanidade, em que as formas mais cruéis de violência e morte dão do mundo a imagem lucreciana da desordem primordial que só a técnica e a política poderão corrigir. A mesma visão de coisas inauditas se oferece em *Les Singularitez de la France Antarctique* de André Thevet (Paris, 1557). Ambas as obras relatam a aventura francesa de ocupação do Maranhão na costa brasileira, seguindo uma estratégia retórica que visa justificar a violência da conquista. Os relatos sobre o novo mundo de uma forma ou de outra reactivam a questão das origens da humanidade, a oposição entre monogenismo e poligenismo que alguns, como Giordano Bruno, se atrevem a defender. Sobre esta hipótese debruça-se Sébastian Galland, para vincar quanto as posições de Bruno sobre a desordem introduzida pela conquista do Novo Mundo, sobre o caos provocado pela invasão europeia do México, dos Andes, das Caraíbas ou do Brasil, reitera de algum modo ideias já formuladas pelos dominicanos Bartolomé de Las

Casas ou Domingo de Betanzos. O poligenismo teria justificação geográfica, na autonomia dos continentes separados pelos oceanos, e até caução doutrinal, desde 1537, quando Paulo III, com a Bula *Sublimis Deus*, proclamou que os índios têm que ser reconhecidos como homens, dotados de alma racional, e portanto susceptíveis de conversão. Ao que parece, esta bula não foi aceite por Carlos V nem nos domínios da monarquia hispânica, pois o poligenismo, ainda que em termos puramente ocidentais, tenderia a condenar a conquista e a recusar a colonização.

É que, observa Frédéric Tinguely, o impacto da variedade de crenças, enorme e insuspeitada, não podia deixar de abalar a consciência da unidade do género humano. As verdades de cristãos e hurões pareceriam igualmente válidas num determinado local e contexto. Mas, contra a fragmentação típica do relativismo contende a geografia e, mais ainda, a cartografia, prova visual da unidade do mundo que à luz dos evangelhos, qual entimema, sugere a projecção universal da mensagem cristã. Os jesuítas usarão metonimicamente a representação cartográfica da unidade do globo terrestre ao serviço de uma retórica missionária. Se Pietro Martyr d'Anghiera evidenciava os limites da visão etnocêntrica, Montaigne exemplificará o relativismo dos valores estéticos com os cuidados do corpo, pois em certos lugares até a disformidade se exhibe como artifício e não como aleijão da natureza. A este propósito Tinguely faz, a pp. 31-32, uma das raríssimas referências ao Oriente, ao evocar diferenças entre a Europa e o Japão com vantagem para a sofisticação nipónica, segundo um modelo clássico que se encontrava nas notas de Heródoto sobre o Egipto. Neste tipo de exercícios contrastivos, como judiciosamente nota o autor, é o próprio discurso, com a sua *concinnitas*, que vincula simetricamente o que parece separado.

A recondução da multiplicidade à unidade constitui-se também para Yann Rodier em objecto de estudo, ao analisar as paixões entre os índios do Maranhão de acordo com os relatos enviados pelos missionários envolvidos na efémera aventura da França Equinocial. Yvres d'Evreux na *Histoire de la mission des Peres capucins en l'Isle de Maragnan*, 1614, e na *Suite de l'Histoire des choses memorables advenues en Maragnan ès années 1613 et 1614*, partindo da teoria clássica das paixões, procura provar a humanidade dos tupinambás. O canibal a esta luz fica desbarbarizado, mais do que sujeito, surge como vítima das paixões. Assim, para Yves d'Evreux, as razões da antropofagia praticada pelos indígenas seriam as mesmas que justificavam a realização de duelos na França. O índio, não como ser humano primitivo, mas como espelho de humanidade, comparece ainda na *Voyage*

*au Brésil* de Claude d'Abbeville: a ira entre os tupinambás pode ser vício e virtude; a fisionomia, a perfeição corporal entender-se-ão como sinal de temperança e constância.

O mesmo rumo segue Caroline Callard na reflexão que apresenta sobre o *Traité des spectres* de Pierre Le Loyer (4 livros em 1586, mais 8 livros em 1605, reedição corrigida e aumentada em 1608). A questão da universalidade da Revelação é observada a partir das crenças em seres angélicos, anjos e demónios, e das crenças no céu, purgatório e inferno partilhadas por várias culturas e religiões. A autora frisa que Le Loyer tinha acesso aos textos mais representativos da literatura de viagens publicados na segunda metade de Quinhentos. O que impressiona nessa longa lista é a ausência de autores portugueses, mas esse ponto será adiante referido.

Se a geografia e a antropologia foram profundamente questionadas pelas descobertas, também o foi a história, e em particular qualquer interpretação teleológica da história humana. Alexandre Tarrête traça o retrato quinhentista do 'selvagem' segundo as concepções linear, em espiral ou circular do tempo. Como ligar, por exemplo, os índios das Américas às genealogias bíblicas ou à história da Antiguidade Clássica? Uma das soluções foi a de entender o 'selvagem' como 'primitivo'. O primitivismo tende a opor-se à filosofia do progresso, sobretudo na visão doce do primitivismo que o entende como resquício da idade do ouro. Já o primitivismo duro valoriza o esforço, a virtude austera dos primeiros homens. Como inserir o 'primitivo' na economia da salvação? Para André Thevet e Léry, cronistas da ocupação francesa do Maranhão, os índios e os conquistadores não se encontram na mesma fase da evolução da humanidade. São os índios equiparados aos pagãos gregos e romanos, preparando-se destarte o juízo favorável que Tevet fará dos índios, até ao ponto de lhes reconhecer sofisticação e delicadeza no trato. E mesmo entre os tupinambás houve história e progresso, pois inventaram culturas e técnicas de que os europeus se aproveitam. Montaigne nos *Essais* irá mais longe ao recusar o primitivismo e a integração dos índios na história europeia, cristã ou clássica. O Novo Mundo para Montaigne constitui uma espécie de prova experimental da teoria epicurista da pluralidade dos mundos.

Assinalem-se por fim três artigos muito proveitosos que de diferentes ângulos questionam a essência do humano, na relação do homem com os outros animais, na relação com aquilo que geralmente o define, o trabalho e a linguagem.

Jean Céard na perspectiva de Quinhentos pergunta se há raças de homens monstruosos. Na verdade, os ciclopes e os pigmeus homéricos

tiveram larguíssima descendência, encontrando em Plínio (*H. N.* 7) uma das fontes mais concorridas e abundantes. A crítica do cristianismo a qualquer distorção da natureza humana consolida-se em Santo Agostinho (*Civ. Dei*, 16.8): pouco importa o aspecto, a forma do corpo; se se trata de um ser racional é humano. As raças monstruosas, sinal da variedade, também são chamadas à salvação; por isso no grande tímpano do pórtico central da basílica de Vezelay figuram todos os povos da terra, mesmo os ciápodes, pigmeus ou ictiófagos. Estas crenças ainda acompanham as grandes navegações; canibal surge, assim, como *mot-valise*; se corresponde ao *kariba* dos índios, *carib* das Antilhas, também pode significar vassalos do grande Khan ou os cinocéfalos, os monstros de cabeça de cão. Tais crenças são, no entanto, refutadas pela experiência: Maximilianus Transylvanus, que entrevistou os últimos sobreviventes da circum-navegação de Magalhães, nega a existência de raças monstruosas e o mesmo fará com mais veemência o naturalista bolonhês Ulisse Aldrovandi (+ 1605) na sua volumosa *Monstrorum historia*.

Grégoire Holtz indaga a questão da unidade do género humano através da oposição frequente no período em apreço entre animais que não se recusam ao trabalho e povos preguiçosos. Neste ponto sobrealça a relevância simbólica ou alegorizante do macaco, o animal que, num dito assaz conhecido de Descartes, podia falar, mas não o faz, para não ser obrigado a trabalhar. O macaco e os povos ‘selvagens’, que num entendimento já racista assim são desumanizados, recusam-se a trabalhar. A comparação era velha e pertinente, porque desde Aristóteles o macaco, visto como *analogon* do homem, era tido como o imitador por excelência, capacidade deceptiva, viciosa, que produz contrafacção. As novidades uma vez mais geram interesses contraditórios e reacções paradoxais: ao mesmo tempo que o discurso colonial se interessa pelas possibilidades de domesticação de animais desconhecidos, úteis no trabalho, reitera-se como característica de certos povos a preguiça, pecado capital que legitima a violência e a conquista. Por um lado a humanização de animais anda a par da bestialização de povos e raças, por outro a comparação entre homens e macacos realiza-se por gradações: os etíopes, os negros assemelhar-se-iam aos macacos pela cor, pela preguiça, pela luxúria, pecado de latitudes luxuriantes. É afinal em nome do trabalho que acabam por se confundirem o discurso racista sobre a colonização e o discurso animalista de apropriação da natureza. A comparação entre espécies de primatas serve pois para justificar a colonização. Se é próprio do homem obedecer, não o será do macaco pois como não possui linguagem não pode obedecer à voz humana, apenas parodiar, imitar a linguagem e até a eloquência dos

homens. A ideia do macaco como espécie a meio caminho entre o homem e o animal começa a esboçar-se e a motivar reflexão.

Precisamente sobre a linguagem, como factor de distinção do humano, debruça-se Marie-Christine Gomez-Géraud, numa perspectiva diferente da usada por Bataillon. Trata-se de um trabalho muito bem documentado, tanto na Escritura como nos relatos de missionários jesuítas e, sobretudo, no *De procuranda Indorum salute* do P. José de Acosta (Salamanca, 1588). Se a fractura linguística causada pela confusão de Babel retardou a unificação do género humano, agora, religada toda a *oecumene*, a recondução à unidade primordial será possível pelo restabelecimento da comunicação entre todas as línguas. Mais do que evocação da origem comum em Adão, a unidade do género humano constitui para os jesuítas missão que decorre do mandato evangélico (Mt 28, 19, Mc 16, 15 ou Act 1, 8), assente numa promessa que reclama esforço missionário. Ninguém está excluído da salvação, mas a fé, dom de Deus, só se transmite através da palavra humana. Se a fé nasce do ouvido, *fides ex auditu*, tem o missionário o dever de aprender línguas, de estudar as línguas autóctones de modo a que seja possível a a comunicação da fé, convicção íntima. Que este princípio teve configuração jurídica atestam-no disposições canónicas dos concílios de Lima que obrigavam os clérigos a saber pelo menos uma língua do império inca, quechua ou aymara. A introdução da imprensa orientou-se para o mesmo fim: a primeira imprimeira da *Doctrina Christiana* feita no Peru, o catecismo tridentino, saiu em versão trilingue, espanhol, quecha e aymara. A evangelização enquanto *linguae ministerium* aproxima as línguas nativas das línguas sagradas, do hebraico, restituindo-as à matriz original, para lá da fractura de Babel.

O debate sobre a unidade do género humano no séc. XVI e princípios do século seguinte fica, portanto, apresentado nas questões que têm que ver com a revolução cosmológica e com mudanças que se operam nas concepções geográficas, antropológicas e teológicas decorrentes do alargamento do mundo físico e do cisma religioso que acentuam a consciência da diversidade, mas também das divisões entre os homens. Esperar-se-ia, no entanto, que num estudo deste tipo, produzido num centro de investigação sobre a «*création littéraire en France au XVI<sup>e</sup> siècle*», não fosse esquecida essa vertente da criação literária. Nunca antes do Renascimento a consciência da diversidade fora tão viva, nunca antes deste período o ideal do modelo perfeito se sentira com tanta força. O confronto entre o universal e o local, o uno e o múltiplo também foram decisivos nas controvérsias sobre a imitação, processo genético da criação literária do classicismo. Os debates do ciceronianismo ao



longos dos sécs. XV-XVI não foram mero epifenómeno literário e cultural. Trava-se esta controvérsia em torno de questões retóricas, mas também de problemas de ordem moral e política e nenhum dos aspectos relacionados com a questão da unidade do género humano lhe eram alheios. A *tulliana imitatio* colocava em questão o uno e o múltiplo, a adequação à diversidade de aptidões e caracteres no confronto com a imitação do modelo ideal. E na análise dos vários processos de mimese nem sequer faltava a analogia com o macaco, o animal imitador por antonomásia, que aos olhos dos anticiceronianistas figurava a imitação *simiesca* dos doentes por Cícero.

A busca da coesão e de coerência na organização do volume, que já foi sublinhada, obriga a seleccionar e a excluir, evidentemente. Há escolhas que são mais do que legítimas, como a de privilegiar a perspectiva francesa na delimitação do *corpus* de textos ou dos acontecimentos e processos históricos a investigar. Mesmo assim, qualquer leitor, ainda que não seja português, não deixará de lamentar a redução do campo de estudo às tentativas francesas de ocupação, colonização e missão empreendidas no Brasil e no Canadá, ou que a atenção às Américas exclua fontes portuguesas. Só muito de passagem se encontram referências ao Oriente e à evangelização realizada sobretudo pelos jesuítas na Índia, no Japão e na China. Qualquer estudo sobre a questão da unidade do género humano que ignore a história da expansão e da colonização portuguesas no Brasil e no Oriente fica um tanto comprometido. Muito teria beneficiado este livro se tivesse agregado alguns trabalhos sobre a unidade e diversidade em obras como a *Suma Oriental* de Tomé Pires, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, o *Itinerário* de António Tenreiro, o *Tratado das coisas da China* de Frei Gaspar da Cruz, o *De Missione Legatorum Iaponensium* do P. Duarte de Sande ou as cartas ânuas dos missionários jesuítas enviadas do Oriente e das terras da Vera Cruz.

Apesar destas limitações, de perspectiva e das fontes utilizadas, *L'unité du genre humaine* constitui, sem dúvida, uma excelente introdução à questão da unidade do género humano no séc. XVI, que pode revelar-se de grande utilidade para quem estuda de qualquer ponto de vista a relação dos europeus com outros povos no tempo das descobertas, da conquista e da colonização.

BELMIRO FERNANDES PEREIRA

Universidade do Porto

bpereira@letras.up.pt

[http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718\\_67\\_25](http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_67_25)